

# Raízes

v. 28, ns. 1 e 2, jan. – dez./2009; v. 29, n. 1, jan. – jun./2010

Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública  
(Marc Piraux, Márcio Caniello – Orgs.)

## A ARTICULAÇÃO DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE<sup>1</sup>

Gutemberg Armando Diniz Guerra

### RESUMO

O termo sustentabilidade passou a ser usado com mais pertinência como substantivo depois de ter sido freqüente o uso do qualificativo de mesma raiz, em particular como crítica ao viés econômico em que se considerava como virtudes aspectos específicos, como volume da produção física e liquidez de recursos monetários que pudesse proporcionar nas trocas entre interessados. Esse termo traz em si mesmo a crítica ao efêmero, inconstante, oscilante, finito e parcial. Traduzido ou associado à durabilidade, permanência, constância, harmonia, infinitude, complexidade, o conceito de sustentabilidade merece tratamento sobre o que traz embutido, fundamentalmente e essencialmente nas dimensões temporal, espacial e temática, em contextos em que a apropriação social impõe a compreensão das relações homem x natureza. O debate envolve mudança de paradigmas no que concerne à postura dos seres humanos diante do mundo e suas possibilidades de usufruto, agora e no mais que se possa estender.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, paradigma, sociedade, natureza, socioambientalismo.

## ARTICULATION OF THE DIMENSIONS OF THE SUSTAINABILITY

### ABSTRACT

The term sustainability has been pertinently used as a noun after being frequently used as a qualifying term of the same root, particularly as a critique to the economic bias in which consider itself as virtues the specific aspects, such as the amount of physic and liquidity monetary resources that are able to realize exchanges among stakeholders. It brings within the same criticism to the ephemeral, inconstant, oscillating, finite and partial. Translated or associated to durability, permanence, constancy, harmony, infinity, complexity; the concept of sustainability deserves to be considered along with what it brings within, fundamentally and essentially when it comes to the timing, spatial and themed dimensions in context with the imposition of the social appropriation to compensate the man vs. nature relations. The debate involves changes of paradigms when it comes to the posture adopted by the human beings facing the world and their possibilities of use, now and wherever it may be extended.

**Key words:** development, paradigm, society, nature, socioambientalism.

---

**Gutemberg Armando Diniz Guerra.** Doutor em Socioeconomia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Professor do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. E-mail: gguerra@ufpa.br.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no Seminário Internacional "Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais: Quais desafios para a ação pública", organizado pelo Cirad, a Universidade Federal de Campina Grande e a Fundação Universidade Camponesa realizado em Campina Grande/PB no período de 22 a 25/09/2009.

## 1. COM QUANTOS ESTEIOS SE FAZ A SUSTENTABILIDADE

Poderíamos entrar neste debate por vários caminhos. Vamos privilegiar aquele que nos permite uma compreensão da essência do fenômeno que estamos nos propondo a confrontar, qual seja a articulação entre as dimensões da sustentabilidade. Estamos, a priori, entendendo estas dimensões como as que se encontram nos conceitos de ecodesenvolvimento (SACHS, 1997) e desenvolvimento sustentável (LEFF, 2000), qual seja as vertentes econômica, social e ambiental.

Pode-se considerar como estruturante da noção de sustentabilidade: 1) o tempo, 2) o espaço, e 3) o ser. Destas três medidas, o tempo é o que se constitui em essencial desta noção, o que talvez explique a tradução francesa de sustentabilidade como durabilidade. Apenas para ilustrar, lembro dos seminários do Professor Ignacy Sachs, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, nos anos 90, em que ele ressaltava as imprecisões na tradução do inglês para o português (*sustainable* = sustentável), ficando pé no termo durável como expressão mais correta e apropriada a esta concepção.

Se quisermos tratar desta dimensão pelo adjetivo que vinha qualificando o substantivo “desenvolvimento”, esta era que lhe dava qualidade: desenvolvimento sustentável (*développement durable*) traz em si duas palavras que merecem ter explicitadas suas etimologias. O prefixo da primeira diz da possibilidade de expor ao máximo algo que esteja em estágio latente, de envolvimento, de involução, dobrado, retraído (MENDES, 2001). Desenvolver é desdobrar, extrair todas as potencialidades, revelar o que esteja escondido. Em si mesmo, esta idéia esteve engajada, apropriada, comprometida, desde o final do século passado<sup>2</sup>, com o aumento da produção para dar conta da crescente demanda em todos os setores da atividade humana. Capitalistas e seus críticos se envolveram em planos e projetos em que o futuro deveria ser alcançado com o suprimento das carências fundamentais à existência humana: alimentação, educação (conhecimento), saúde (bem estar), transporte (estrada e veículos), moradia, energia.

A base do desenvolvimento capitalista é assumida como de caráter econômico, fundamentado no lucro, o que levou a que o termo “desenvolvimento” estivesse

associado e adjetivado por esta qualidade, mesmo nos moldes do socialismo real. Por ser limitada e frágil em si mesma ao se confrontar com outros aspectos exigidos pela política, em particular pelos aspectos sociais cobrados nesta área, o que era “crescimento” virou “desenvolvimento” e o que era econômico foi se ampliando para cobrir deficiências no campo da negociação política. “Desenvolvimento” foi um termo que ganhou foros de econômico e social embutidos na mesma palavra, confrontando-se com o conceito fechado no viés puramente econômico. É o substancial caráter de ambiental que vai propor e impor que se mantenham os aspectos econômicos e sociais, incorporando-se às preocupações com a preservação e conservação dos recursos naturais envolvidos no processo produtivo, seja à montante, seja à jusante deste.

O termo durável pode ser pensado em termos de resistência (e resistência remete igualmente ao tempo), do material a processos que qualifica.

Os planos de metas que os economistas se especializaram em fazer com a ascensão do socialismo, dando-lhes projeção no século XX, se expressavam em números totais e médias, em demonstração cabal de, se dedicado aos desafios feitos, os governos eram capazes de superarem-se a si mesmos.

## 2. O TEMPO DO CAPITAL E O TEMPO DO AMBIENTE

Outros elementos, entretanto, se apresentaram como críticos ao esforço de suprir as necessidades anteriores. Não bastava aumentar a produção física de alimentos, moradias, energia, conhecimento, transporte. Não bastava resolver os problemas imediatos do presente ou do futuro próximo, mas prolongar ao máximo as condições das alternativas encontradas. Prolongar no tempo, ultrapassar as gerações, ir além do palpável no tempo de vida biológica dos proponentes e executores é a idéia-força que se impõe na seqüência das críticas ao modelo anterior, e que vem se expressar no relatório Brundtland como paradigma da sustentabilidade.

A temporalidade foi uma das dimensões do cheque às soluções propostas e executadas até então. Esta perspectiva temporal ganhou substância apocalíptica quan-

<sup>2</sup> Se quisermos ser precisos, esta idéia de aumento da produção ganha força desde a expansão do comércio europeu iniciada no século XV (FURTADO, 1982).

do os efeitos das medidas tomadas começaram a se manifestar em termos de alteração ambiental, de mais difícil controle e mascaramento do que os impactos sociais, estes também importantes.

Vale a pena lembrar que o termo “apocalipse” é expressão da temporalidade, que é a do futuro se fazendo presente, obrigando-nos a nos colocarmos no futuro e antecipar o que dele é feito no presente. O futuro se constrói antes, no passado e no presente, oferecendo a possibilidade de se trabalhar em uma perspectiva não-linear. Traduzido geralmente como revelação, pode ser entendido como pré-visão, visão antecipada do que acontecerá carregada, portanto, de temporalidade como explicitado nesta reflexão. Feitas estas marcações, elaboradas originalmente por inspiração religiosa, torna-se cada vez mais evidente por conclusões baseadas em conhecimento científico sobre os efeitos das transformações promovidas pelo homem no planeta, fortalecidos por tecnologias sofisticadas e de grau de precisão cada vez mais apurado, que se continuarmos na mesma linha, as consequências serão tão assustadoras quanto as previstas no livro sagrado dos cristãos.

Voltando ao debate central sobre a sustentabilidade, se o aumento da produção física se demonstrou possível com o aperfeiçoamento de tecnologias intensivas em capital, as contradições de natureza do capital se fizeram cada vez mais difíceis de esconder. Sendo o seu motor o lucro, e lucro o resultado da “apropriação de trabalho não pago que é o segredo da formação da mais valia” (MARX, 1987, p. 693) produzida pela interação com o trabalho, a injusta repartição do benefício passou a ser cobrada. Ainda tomando como referência o filósofo alemão que demonstrou a lógica do capital quando se fala de trabalho, o que lhe é fundamental é como medida, nada mais, nada menos que o tempo: “Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”. (Idem, pg. 46).

Boa parte da obra de Marx demonstra como o capitalista se apropria do tempo do trabalhador, alterando a lógica de produção cuja finalidade era o de suprir a existência, para uma lógica em que a tônica é a acumulação feita o mais aceleradamente possível para que o excedente seja maior do que o pagamento que seja feito para que o trabalhador se sustente. As abstrações foram se tornan-

do concretas e representadas simbolicamente em um equivalente geral, o dinheiro, a ponto de se cunhar a máxima de que o próprio tempo estruturador da lógica acumulativa passou a ser traduzido como seu sinônimo: tempo é dinheiro! A frase é atribuída a Benjamin Franklin (1706-1790), norte americano inventor do pára-raios, mas funciona como argumento para as empresas capitalistas instigarem os seus comandados à aceleração do trabalho.

Econômico e social se embaralharam denunciando-se mais próximos do que os fragmentários argumentos da economia neoclássica. “Aumentar o bolo para depois repartir” era a frase de Delfim Netto, sintetizadora da política capitaneada pelos militares no poder entre 1964 e 1985 para mobilizar os detentores dos fatores de produção (terra, trabalho e capital). O bolo foi feito, mas poucos foram os chamados para o banquete que nem sempre, e amiúde, é feito na casa alheia e distante. Laranja, café, soja, carne, cacau, petróleo, energia são produzidos e canalizados para trocas internacionais, envolvendo parte da agricultura familiar, seja como senhora de seus próprios meios de produção, seja integrada ao agronegócio, submissa aos seus encantos.

Os produtos de exportação recebem muitas vezes mais recursos financiados do que os produtos da cesta básica (arroz, feijão, mandioca, milho, batata, abóbora...), artigos trabalhados pela agricultura familiar para serem vendidos nos mercados locais, pelo próprio produtor familiar, matando a fome mais imediata e próxima de nossas presenças.

Apenas para ilustrar, a grita em torno da distribuição desigual em torno de 5 vezes menos para os camponeses pode ser encontrada nos dados oficiais ou na literatura acadêmica desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1996-2004) até o governo Lula (2004-2007) (SABOURIN, 2007), verificando-se que a desigualdade se reflete também se consideradas as diversas regiões do país, com prioridade manifesta para as regiões Sul e Sudeste (MARTINS, ALENCAR e MENDONÇA, 2006).

O Programa Fome Zero zerou-se ele mesmo desde que Betinho propôs as primeiras ações solidárias, voluntárias, comoventes, arrecadando alimentos e transformando-se em um amplo programa de ações compensatórias de alto significado para os beneficiários, de impacto devastador para a classe dominante e setores da classe média que brandem acriticamente aos argumentos de que estimula-se o ócio.

De fato, a eliminação da fome só ocorrerá com a implementação de ações que resgatem a cidadania e modifique a postura relacional entre os que podem se alimentar e os que não têm conseguido um mínimo para suprir as suas necessidades básicas. Nesse domínio, os partidos políticos da social democracia brasileira, disputam a paternidade da implementação destes benefícios, o que se por si só atenua a desigualdade socioeconômica, não se sustenta enquanto medida estrutural, uma vez que não se dá por consciência das classes dominadas, mas por imposição governamental sujeita aos humores da política.

Isto não quer dizer que não tenha se feito mais investimentos comparativamente a governos anteriores em ações distributivas. Isto, porém não chegou a abalar o paradigma anterior, de aumentar a produção e a produtividade (BELIK e GROSSI, 2003), ainda que se tenha inserido no discurso a perspectiva da sustentabilidade.

Consultando obra recente intitulada "Dicionário de Lula", feito a partir de trechos selecionados dos discursos presidenciais, verifica-se que não foram indexados os termos que poderíamos apropriar nessa discussão. Não se encontra *sustentabilidade* como verbete. Nem *sustentável*, como adjetivo de Desenvolvimento, como subverbo, seguindo a lógica da construção do autor, o jornalista e sociólogo Ali Kamel (KAMEL, 2009). O que esta ausência revela? A perspectiva do jornalista e sociólogo em seu esforço de desgastar o governo ao qual se opõe, ou a perspectiva do presidente que encarna as massas populares marginalizadas dos benefícios do processo econômico concentrador que domina o país há décadas? Ainda que se encontre em outras passagens do livro indicações de um viés ambientalista, as proposições de infraestrutura soam contraditórias.

### 3. O TEMPO DE CALÇA CURTA NA SUSTENTABILIDADE DO VERBO

A barragem de Belo Monte, no Rio Xingu, no Estado do Pará, pode ser tomada como exemplo que ameaça iniciar-se, contrariando toda a mobilização crítica feita a este tipo de intervenção. Ela produzirá energia e luz para os que detêm o poder do gesto que emana do Planalto e desconsolo e trevas para muitos, cujo poder da palavra ecoa e se perde na planície. Ela se justifica economicamente, mas socialmente não se sustenta tanto

quanto é questionada pelo impacto ambiental que vai provocar. O que se encontra no fundo desta ação governamental e no raciocínio de quem a propõe é um argumento fragmentado, cujos números frios desconsideram a biodiversidade que se perderá com a inundação, as populações que serão impactadas pelo lago formado e pelos efeitos perversos da migração que induzirá. No rastro dessa ação, o corredor da monocultura da soja se fortalece...

Volto para casar a dimensão temporal com o raciocínio que deveria reger a prática governamental. Haverá energia e lucro em pouco tempo, durante algum tempo, mas se inundará áreas com registros históricos, antropológicos, biodiversidade ainda incógnita, desconhecida ad aeternum. População com emprego temporário terá seus dias de salário enquanto a barragem se construir, e se concentrará nas periferias dos centros urbanos quando não houver mais trabalho. A violência que campeia na região de impacto da barragem de Tucuruí como extensão do lamento e dor dos ecorrefugiados (SANTOS, 2007), tem seu terreno preparado para que se repita em outra escala (talvez na mesma), em outro local, os mesmos problemas, sob argumentos de solução. Veste-se um santo para deixar o outro nu...

Partindo do conceito de ecodesenvolvimento em que os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais se articulam, adentramos a noção de sustentabilidade que rege este debate. De que sustentabilidade estamos falando? Produzir matéria e sociabilidade que nos permitam ser felizes enquanto humanidade, hoje e sempre, amém. Assim sendo, estão dadas as dimensões da sustentabilidade de que faremos o exercício de articular: a produção de bens materiais e imateriais para as gerações presentes e futuras.

O modelo dominante que nos condiciona a todos, sem exceção, de estar aqui, neste debate, é o que prioriza o uso de matérias primas produzidas por extração e uso de recursos não renováveis, ou renováveis dentro de condições limitadas de tempo, do tempo que precisamos para manter o planeta capaz de nos suportar por mais do que o tempo da nossa própria existência individual. Estamos falando de um coletivo que é mais extenso no tempo do que o é o dos indivíduos que vivem simultaneamente. Estamos falando de História, da boa História que articula passado, presente e futuro em uma leitura multidimensional, que comporta muito mais que o tempo linear e espaço. Estamos no presente, vivendo

em pensamento, um futuro que pretendemos e poderá ser o que estamos construindo agora. Diluímos, agora, a noção de tempo linear, para viver outro tempo que ainda não chegou, mas já está presente.

Trabalhem com princípios para articular estas dimensões que precisam ser rompidas na forma em que aprendemos a vivenciá-las. Quando alguém decide produzir respeitando os princípios do ecodesenvolvimento choca-se com os princípios do mercado capitalista que consiste na apropriação da mais valia, e para isso destruir a autonomia dos produtores é necessário para que a lógica do capital domine.

Tenho encontrado produtores orgânicos, agroecológicos, que ao enfrentarem o mercado, pensando em tê-lo como aliado, depara-se com exigências de perenidade e regularidade na oferta de produtos sazonais, comuns aos produtos produzidos em larga escala e sob condições de controle artificial do solo e clima. É o mesmo que dizer: "artificialize, falsifique seu produto, mas o tenha sempre presente no mercado". Ora, o que é sazonal é temporário. Tem valor quando ofertado para ser consumido na estação, é bom porque é da estação. É bom porque é do seu tempo! É o milho do São João, plantando no dia de São José! É o tempo da canjica de milho verde! É a laranja Bahia, que frutifica nesta mesma época! É tempo de amendoim! E há o tempo do açaí, do cupuaçu, do bacuri, do buriti, da manga, do cajú, da cajá, do sapoti, do juá, da jaboticaba, do umbú. Neste mister, cabe mostrar ao consumidor, ou respeitar o consumidor, oferecendo-lhe o que há de bom, porque produzido naturalmente, e sempre haverá uma fruta da estação, porque a natureza é diversa. Não precisamos ser escravos da laranja, nem do cajú, nem da mangaba frescas e naturais. Além de podê-los consumir in natura e em compotas, geléias, sucos e outros derivados, haverá sempre o coco, o mamão, o buriti, e tantas outras em épocas que permitem-nos alternar nossos alimentos e quebrar a monotonia alimentar. Cabe a produtores e consumidores enfrentar os agentes de mercado que, visando o lucro, apostam na uniformização porque esta é mais fácil de administrar. Este é um dos desafios da sustentabilidade, se pensarmos nela como um elemento que comporta mais do que a permanência no tempo de um ou outro produto, mas a permanência no tempo de todos os produtos existentes, cada qual na sua estação e os que ainda possam ser descobertos e domesticados. A diversidade que se propõe no conceito de sustentabili-

dade e diversidade de produtos mas também de oferta sazonal. Ela rompe com a linearidade e essa ruptura permite apropriações socialmente distribuídas, mais justas, portanto, porque nem todos os produtores investem nos mesmos cultivos, ao mesmo tempo.

#### 4. O ESPAÇO E O DOMÍNIO DA VERTICALIDADE CONCENTRADA

A outra dimensão que deve ser explorada neste debate é a espacial e em que medida ela se articula com o tempo e com a gestão dos territórios rurais.

Vale aqui refazer uma imagem da ilha da utopia (MORUS, 1997), cada vez mais distante, uma vez que as idéias de globalização como a de ambiente pressupõe todas as coisas interligadas seja pelo econômico, seja pelo social, seja pelo ambiental, seja pelo cultural. A idéia força de que moramos no mesmo planeta se encorpa de mais em mais, ainda que as soluções para os problemas sejam propostas isoladamente.

Preservar a Amazônia, não queimar para fazer agricultura, são pensados descolados do crescimento urbano desenfreado. A produção de veículos e a proteção de suas fábricas na última crise mantiveram ou intensificou o mercado, a ponto de transformar cidades como Salvador e Manaus insuportáveis pela lentidão do trânsito. Não se fortaleceu, pelo menos não aqui no Brasil, os investimentos em transporte coletivo, fossem eles ônibus, trens, mas o transporte individual, para o qual as montadoras haviam se preparado.

Na prática, o discurso da sustentabilidade não tem ganhado espaço suficiente para se converter em ações materiais coerentes com o mesmo discurso. A configuração cidade campo merece crítica suficiente para que esta conversão possa se realizar. A leitura de Tchayanov (KREMINIOV, 1976), na sutil e conhecida ficção em que descreve e atualiza o que poderia ser uma sociedade utópica organizada com a participação efetiva do camponesinato, pode ser importante para que se comece a pensar sobre a brutal transformação que vem sofrendo os espaços residenciais, com a verticalização desenfreada, com o argumento de segurança e conforto.

Se, de um lado, torna-se mais fácil controlar a entrada e saída de pessoas por uma ou duas vias de acesso a um grande edifício, além do fornecimento de serviços essenciais como água, esgoto, energia elétrica e combus-

tível, sem que se resolva o problema do transporte coletivo, por outro tem-se reduzido os espaços de praças e jardins, aumentando-se a largura das vias de circulação para os veículos individuais, ainda que em cada um deles possa caber cinco ou mais pessoas. A prática do transporte solidário, da alternância de veículos por números de placas ímpares ou pares têm sido sugeridas para diminuir o volume de tráfego simultâneo, porém a descarga de veículos no mercado e nas ruas tem demonstrado que a paralisação do fluxo se anuncia para breve.

O mal dos congestionamentos não é apenas o mal estar pela lentidão que impõe, mas a quantidade de combustível que incrementa, além da liberação de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, o que não tem sido evidenciado nos discursos das empresas e governos, quando se tratou de salvar os empregos dos produtores destes artefatos.

Já faz tempo que se levanta a necessidade de encontrar e produzir diferentes configurações cidade-campo (ABRAMOVAY e SACHS, 1995), considerando-se o paradigma do ecodesenvolvimento, ainda que estas propostas continuem sendo pouco conhecidas e mascaradas pelo bombardeio do mercado imobiliário que tem explodido em lançamentos nas campanhas governamentais por moradia própria. É preocupante que o conceito dominante de moradia não seja o de casa com jardim e quintal, principalmente em se tratando de cidades em que a concentração populacional se traduz tanto como solução de acesso a serviços básicos como em problemas de segurança e poluição ambiental.

Especialmente, a cidade tem sido idealizada como a ilha da utopia, onde todos se igualam, adquirindo cidadania, e o campo se isola cada vez mais como o lugar da produção, e de um certo tipo de produção, que não contempla o que poderia ser muito mais saudável em termos de qualidade de vida – a moradia, a proximidade da natureza, o ar puro, a sociabilidade primária, o tempo em que a produção se dá pelos ciclos e estações. Fortalece-se a idéia de assepsia e controle absoluto do espaço, banindo-se plantas e animais para cada vez mais distante, em que pese o número de animais de estimação, em particular caninos e felinos, que prescindem de espaço verde ou se adaptam facilmente aos exíguos apartamentos e cada vez menores moradias.

A moradia se transforma em reduto último da resistência e encastelamento. Os edifícios modernos, verticalizados, lembram os donjons dos castelos medievais, coluna interna central ou localizada na parte de mais

difícil acesso da construção, muitas vezes em forma de torre em que se protegia como último recurso a família do aristocrata. Os condomínios de edifícios evocam esta mesma lógica. Portarias fortificadas como guaritas, com recursos sofisticados de proteção eletrônica, supervisionados de perto e de longe, para evitar assaltos, roubos, acesso de estranhos que possam prejudicar a paz dos seus moradores. A verticalização, em si mesma, não é nenhum problema, mas a concentração de prédios com a mesma lógica, em lugares centrais das cidades, permitindo que as pessoas ocupem menos espaço na dimensão do plano horizontal, provocam conseqüências desastrosas. Primeiro, porque o número de moradores não tem correspondido aos cálculos para os equipamentos que estas pessoas usam, em particular os veículos que fazem parte, praticamente, da indumentária das pessoas. Como diz um amigo carioca, “as pessoas vestem o carro e saem para as ruas”. O problema é que a deficiência do transporte coletivo urbano, aliado à facilidade para aquisição de veículos, serve de justificativa para que se mantenha e incremente o hábito de deslocar-se em veículo próprio, ainda que exista a forte campanha de controle da qualidade do meio ambiente. Outros problemas podem ser listados, como a modificação de correntes eólicas, impermeabilização do solo, concentração de esgotos e lixo sem o devido sistema de coleta e tratamento.

Na Amazônia, um dos problemas incidentes, por conta da extensão da área, é o uso de queimadas para desmatamento e limpeza do terreno, tendo como argumento os baixos custos dessa operação por este meio. Não se contabilizam nos custos as perdas em nutrientes, sobejamente demonstrados (KATO *et al*) além de se contar com uma consolidada compreensão ancestral de que esta é a forma socialmente compreendida como a mais eficaz de limpeza do terreno e disponibilização de nutrientes para culturas de ciclo curto. Campanhas têm sido feitas e investimentos em informação e repressão para que se modifiquem estas práticas, eliminando-se uma das fontes de liberação de carbono para a atmosfera, tanto quanto a destruição da biodiversidade e comprometimento da vida nos solos. Os resultados entretanto, estão longe de confirmar uma mudança de comportamento ajustada à compreensão de que existem alternativas possíveis de prolongar a vida no planeta e o bem estar de todos, conforme a concepção do Relatório Brundtland segundo o qual desenvolvi-

mento sustentável é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

No fundo, o que está posto é um problema de ajustar os usos dos recursos naturais para satisfazer a uma população multiplicada no último século, de maneira que os que acerraram informação e tecnologia, melhoraram suas vidas e aumentaram suas expectativas para muito além do que se conhecia até então. O ser humano encantou-se – ou reencantou-se, porque em outros tempos já houvera acontecido o mesmo – de sua capacidade criativa, promovendo um espetáculo grandioso e macabro de demonstração desta mesma capacidade. De certa forma, a humanidade parece testar a sua capacidade destrutiva para depois se reinventar, em um perigoso jogo que pode não ter volta.

Ainda há como pensar e fazer isso, e ponho esta frase como afirmação pessoal, mas para o debate que se anuncia áspero, encerro com a mesma interrogação que vejo no olhar e expressão de muitos dos presentes: será?

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; SACHS, I. Habitat: a contribuição do mundo rural. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 9, n. 3, 1995, p. 11-16,

BELIK, W.; GROSSI M. D. O Programa Fome Zero no contexto das Políticas Sociais no Brasil. (“Políticas de Combate à Pobreza: Segurança Alimentar, Nutrição, Renda Mínima e Ganhos de Produtividade na Agricultura” realizado no dia 30 de julho de 2003 no XLI Congresso da SOBER em Juiz de Fora.).

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1982.

KAMEL, A. Dicionário Lula. Um presidente exposto por suas próprias palavras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

KATO, M. do S. A.; KATO, O. R.; DENICH, M.; VLEK, P. L., G. Fire-free alternatives to slash-and-burn for shifting cultivation in the eastern Amazon region: the role of fertilizers. Field Crop Research, Holanda, v. 62, 1999, p. 225-237,

KREMNIÖV, I. Voyage de mon frère Alexis au pays de l'utopie paysanne. Lausanne, Edition l'Age de l'Homme, 1976.

LEFF, E. Ecologia, capital e cultura. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Editora da Furb, 2000.

MARTINS, A. J.; ALENCAR, J. R. de; MENDONÇA, E. C. O crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) e a eficiência técnica agrícola brasileira: uma análise para o período de 1996 a 2003. Brasília:

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – UCB, s/d. Disponível no site < <http://www.sober.org.br/palestra/5/1037.pdf> > Acesso em outubro de 2009. (Trabalho apresentado no XLIV Congresso da Sociedade Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, em Fortaleza, Ceará, no período de 23 a 27 de julho de 2006 (www.sober.org.br).).

MARX, K. O capital. Crítica da Economia Política, Livro primeiro, volume II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Editora Bertrand Brasil/DIFEL, 1987.

MENDES, A. D. Amazonia: modos de (o) usar. Manaus: Editora Valer, 2001.

MORUS, T. A utopia. Porto Alegre: Editora L&PM, 1997.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf>>. Acesso em outubro de 2009

SACHS, I. L'écodéveloppement. Stratégies pour le XXe siècle. Paris, Editions La Découverte & Syros, 1997. (Alternatives Economiques).

MAGALHÃES, S. B. Lamento e dor. Uma análise sócio antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém/Villetaneuse: PPGCS/UFGPA e CERAL/ Université Paris Nord, 2007. Tese de doutorado em co-tutela sob orientação de Jean Hebette e Pierre Teisserenc.